
CPQ Brasil S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2017 e
relatório do auditor independente***



CPQ Brasil S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPQ Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPQ Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPQ Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. e da CPQ Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 12 às demonstrações financeiras, em 4 de janeiro de 2018, a Companhia concluiu a renegociação de prazos e taxas de juros com os credores detentores de debêntures da Companhia. Como resultado desta renegociação, a Companhia refletiu, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, a apresentação dos vencimentos das debêntures de acordo com os novos prazos repactuados. Todavia, saldo de debêntures, no valor de R\$ 23.000 mil, e com vencimento inicialmente previsto para o exercício de 2018, foi reclassificado para o passivo não circulante. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o reconhecimento desta renegociação de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de debêntures no passivo circulante e no passivo não circulante estão demonstrados a menor e a maior, respectivamente, no valor de R\$ 23.000 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos

CPQ Brasil S.A.

que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

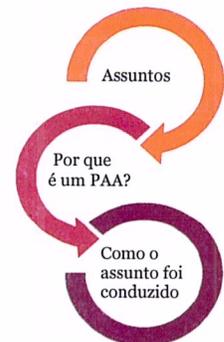
Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e sua controlada tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 26.816 mil em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R\$ 28.284 mil), bem como excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 9.176 mil (2016 - R\$ 30.298 mil) no Consolidado. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1 às demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 17 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com parte relacionada nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto e longo prazos
(Notas explicativas 1 e 12)

Nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 9.176 mil.

Adicionalmente, a Companhia apresenta saldo de debêntures no valor total de R\$ 74.478 mil, classificadas no passivo circulante e no passivo não circulante conforme refinanciamento aprovado em 4 de janeiro de 2018. Todavia, tal classificação está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", acima.

A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de continuar auferindo lucro operacional e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a manutenção das suas operações. Adicionalmente, tem revisado sua estrutura de custos nos últimos exercícios e buscado ativamente parceiros estratégicos e/ou financeiros. Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e, portanto, fora do controle da Companhia.

Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar diferentes fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- . Revisão das cláusulas de debêntures e recentes renegociações ocorridas em Assembleias Gerais de Debenturistas, incluindo pagamentos, cálculos e apropriação de juros.
- . Entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação da projeção de fluxo de caixa, bem como explicações em relação às premissas relevantes. Analise também da consistência das informações com os valores realizados de exercícios anteriores.
- . Entendimento dos planos da administração, operacionais e financeiros, incluindo eventos subsequentes, visando a manutenção das operações e a liquidação de seus passivos financeiros.

Os resultados desses procedimentos, assim como as divulgações requeridas, foram consideradas apropriadas.



CPQ Brasil S.A.

Avaliação da recuperabilidade dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
(Nota explicativa 9)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada apresentam saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no valor total de R\$ 3.658 mil. Estes impostos diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro tributário futuro, contra o qual os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Este assunto foi significativo para nossa auditoria pois envolve complexidade e julgamento na avaliação do estudo no qual a administração apresenta a projeção do lucro tributário futuro, que é baseada em estimativas e premissas que dependem de eventos econômicos futuros e que, no caso da Companhia e sua controlada, é diretamente relacionada à evolução de suas operações e à gestão de sua liquidez e endividamento, com consequente redução das despesas financeiras.

Com base no estudo apresentado, a administração concluiu que não era necessário qualquer reversão do saldo de impostos diferidos ativos registrado.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros:

- . revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, e das diferenças temporárias.
- . avaliação das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributários futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa e liquidação parcial de suas debêntures com objetivo de redução das despesas financeiras.
- . Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos da própria Companhia para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores.

Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Reclassificação de saldo de debêntures

Conforme mencionado na Nota 12 às demonstrações financeiras, a Companhia tinha em seu passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016, debêntures com cláusulas que requeriam a manutenção de certos índices financeiros periódicos que, caso não atendidos, provocariam a exigibilidade imediata dos referidos passivos. Tais índices não foram atingidos em 31 de dezembro de 2016, provocando assim, o vencimento antecipado das debêntures. Apesar da Companhia ter obtido em 2017 a renúncia a este direito advindo do não atingimento de um destes índices em 31 de dezembro de 2016 junto às instituições financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o reconhecimento desta renúncia de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Desta maneira, o saldo destas debêntures, no valor de R\$ 47.605 mil, deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016.

CPQ Brasil S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a



CPQ Brasil S.A.

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

CPQ Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.113	1.906	2.114	2.175	Fornecedores	3.246	2.734	3.246	2.741
Aplicações financeiras restritas (Nota 6)	1.412		1.412		Debêntures (Nota 13)	14.813	33.339	14.813	33.339
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.875	6.999	7.875	7.152	Arrendamentos financeiros a pagar	53	50	53	50
Estoques (Nota 8)	4.110	4.253	4.110	4.280	Impostos e contribuições a recolher	2.069	2.969	2.070	2.985
Impostos a recuperar	1.085	339	1.250	339	Férias, encargos e bônus a funcionários (Nota 14)	2.710	3.629	2.710	3.702
Outras contas a receber	1.707	1.757	1.707	1.858	Receitas Antecipadas (Nota 15)	274	322	274	322
	18.302	15.254	18.468	15.804	Outras contas a pagar	3.916	2.485	4.478	2.963
						27.081	45.528	27.644	46.102
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Debêntures (Nota 13)	59.665	47.605	59.665	47.605
Partes relacionadas (Nota 19)	15.100	12.242	14.045	11.336	Arrendamentos financeiros a pagar	37	22	37	22
Impostos a recuperar	135	180	135	180	Provisão para perdas com investimento	1.412	647		
Depósitos Judiciais (Nota 10)	9.031	7.996	9.031	7.998	Provisão para contingências (Nota 16)	1.679	1.924	1.679	1.924
Tributos diferidos (Nota 9)	3.658	6.524	3.658	6.740		62.793	50.198	61.381	49.551
Outras contas a receber	416	714	429	714	Total do Passivo	89.874	95.726	89.025	95.653
	28.340	27.656	27.298	26.968					
Imobilizado (Nota 11)	14.997	22.695	15.023	22.759	Patrimônio Líquido				
Intangível (Nota 12)	1.419	1.837	1.419	1.837	Capital social (Nota 20)	12.839	12.839	12.839	12.839
	44.756	52.188	43.740	51.564	Prejuízos acumulados	(39.655)	(41.123)	(39.655)	(41.123)
Total do ativo	63.058	67.442	62.209	67.369	Total do patrimônio líquido	(26.816)	(28.284)	(26.816)	(28.284)
					Total do passivo e patrimônio líquido	63.058	67.442	62.209	67.369

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de vendas				
Receita líquida de vendas (Nota 21)	105.275	103.102	108.414	107.664
Custo dos produtos vendidos	(48.180)	(46.535)	(49.576)	(48.760)
Lucro bruto	57.095	56.567	58.838	58.904
Despesas com vendas (Nota 22)	(43.025)	(40.413)	(45.094)	(43.238)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(6.248)	(14.286)	(6.248)	(14.285)
Outras receitas operacionais (Nota 23)	6.579	382	6.573	382
Resultado de Equivalência Patrimonial	(765)	(447)		
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	13.636	1.803	14.069	1.764
Despesas financeiras	(14.514)	(15.721)	(14.749)	(15.897)
Receitas financeiras	2.346	2.943	2.362	2.945
	(12.168)	(12.778)	(12.387)	(12.952)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.468	(10.975)	1.682	(11.188)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				
Diferidos (Nota 9)		(9.106)	(214)	(8.893)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.468	(20.081)	1.468	(20.081)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$ (Nota 19)	0,13	(1,74)	0,13	(1,74)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.468</u>	<u>(20.081)</u>	<u>1.468</u>	<u>(20.081)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de tributos	_____	_____	_____	_____
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.468</u>	<u>(20.081)</u>	<u>1.468</u>	<u>(20.081)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	12.839	(21.042)	(8.203)
Prejuízo do exercício	<u> </u>	<u>(20.081)</u>	<u>(20.081)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	12.839	(41.123)	(28.284)
Lucro líquido do exercício	<u> </u>	<u>1.468</u>	<u>1.468</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>12.839</u>	<u>(39.655)</u>	<u>(26.816)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.468	(10.975)	1.682	(11.188)
Ajustes				
Depreciação e amortização	5.041	4.965	5.049	4.974
Impairment do ágio		3.392		3.392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51		51	
Despesas financeiras e outras provisões	11.099	12.506	11.192	12.592
Provisão contingências	(245)	502	(245)	502
Amortização de receita antecipada	(48)	(78)	(48)	(78)
Utilização Prejuízo Fiscal PERT (Pis, Cofins e INSS)	2.866	0	2.866	
Reversão Provisão Pis-Cofins		(1.800)		(1.800)
Provisão perda investimento - Equivalência Patrimonial	765	447		
Resultado na venda de ativo imobilizado	6.217	616	6.247	616
	27.214	9.578	26.794	9.012
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(927)	(1.467)	(774)	(1.547)
Estoques	143	191	170	187
Impostos a Recuperar	(701)	695	(866)	695
Outros créditos	348	777	436	778
Deposito Judicial	(1.035)	(654)	(1.033)	(656)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.943	(2.884)	2.020	(2.647)
Férias, encargos e bônus a funcionários	(919)	532	(992)	536
Impostos a recolher	(900)	308	(915)	266
Caixa gerado nas operações	25.166	7.076	24.840	6.623
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(18.869)	(6.398)	(18.869)	(6.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.297	678	5.971	225
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos para partes relacionadas	(1.558)	(2.094)	(1.500)	(1.500)
Aplicações financeiras	(1.412)	1.462	(1.412)	1.462
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.142)	(5.504)	(3.142)	(5.512)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(6.112)	(6.136)	(6.054)	(5.550)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de financiamentos - principal	(56)	(113)	(56)	(113)
Aquisição em empréstimos	78	0	78	0
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamento	22	(113)	22	(113)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	207	(5.572)	(61)	(5.438)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.906	7.478	2.175	7.613
No fim do exercício	2.113	1.906	2.114	2.175
	207	(5.572)	(61)	(5.438)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A CPQ Brasil S.A. ("CPQ" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, tendo como controlada a IGT2 Alimentos Ltda. ("IGT2"), denominadas em conjunto "Empresas" ou "Grupo", estabelecidas e domiciliadas no Brasil, com sede em Itupeva – SP.

O Grupo tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca.

Além das franquias por todo o país, a Companhia opera com “lojas próprias”, cuja primeira loja iniciou suas atividades em 2014, nos principais aeroportos do Brasil, somando em 2017 um total de 19, com as seguintes lojas:

- . Aeroporto Internacional de Brasília (Distrito Federal) – 4 lojas;
- . Aeroporto Internacional São Gonçalo do Amarante (Natal) – 4 lojas;
- . Aeroporto Internacional em Guarulhos (São Paulo) – 9 lojas;
- . Aeroporto de Viracopos (Campinas) – 2 lojas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa incorreu em lucro de R\$ 1.468 (2016 - prejuízo de R\$ 20.081), acumulando prejuízos de R\$ 39.655 até essa data (2016 - R\$ 41.123). Adicionalmente, apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 26.816, bem como excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período no montante R\$ 10.191. A Administração, objetivando aumentar o faturamento da franquia e de suas lojas próprias, realizou um estudo para adequação do seu mix de produtos, que será implementado em 2018 em lojas pilotos. Adicionalmente, a administração está avaliando parceria para captação de recursos com determinado fornecedor de café, para honrar seus compromissos financeiros de curto prazo.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia reconheceu um ganho total de R\$ 6 milhões como resultado da venda da fábrica e ganho de crédito fiscal. O ganho está incluído em outras receitas operacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 29 de março de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros pode ser ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 3.16), vida útil do ativo imobilizado (Nota 3.8) e intangível (Nota 3.10), *impairment* de ágio (*goodwill*) (Nota 3.11), provisões para contingências (Nota 17). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3.2 Base de consolidação

(a) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

- . Eliminação das perdas registradas por equivalência patrimonial da controlada.
- . Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- . Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada.
- . Eliminação de lucro não realizado nos estoques da empresa controlada.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

A Companhia não possuía operações denominadas em moeda estrangeira nos exercícios ora apresentados.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.5 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(b) Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais.”

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Edificações	42 anos
Instalações	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	8 a 17 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,6 anos (média)
Equipamentos de informática	5 anos

As vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.9 Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.10 Ativos intangíveis

(a) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

(b) Ponto comercial

Ponto comercial compreende a cessão de pontos comerciais adquiridos em combinação de negócios, os quais são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimada de 28 meses.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

3.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.12 Benefícios a empregados

A Companhia mantém para seus colaboradores um plano de participação nos lucros. Os colaboradores tem direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e para os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável, constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo nas demonstrações consolidadas.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Venda de serviços

A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes.

(c) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais**

tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.17 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por ação.

4 Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxo de caixa.

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6) (i)	3.525	1.906	3.526	2.175
Contas a receber de clientes (Nota 7) (ii)	<u>7.875</u>	<u>6.999</u>	<u>7.875</u>	<u>7.152</u>
	<u>11.400</u>	<u>8.905</u>	<u>11.401</u>	<u>9.327</u>

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa.

(ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (50% franqueados ou licenciados e 30% operadoras de cartões referentes a vendas nas lojas próprias), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2017, cerca de 91% dos títulos encontravam-se a vencer (91% em 31 de dezembro de 2016). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2017				
	Controladora				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	74.478		14.813	6.991	52.674
Empréstimos	90	27	26	37	
Fornecedores	3.246	3.246			
Demais contas a pagar	6.626	6.626			
	<u>84.440</u>	<u>9.899</u>	<u>14.839</u>	<u>7.028</u>	<u>52.674</u>

	2017				
	Consolidado				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	74.478		14.813	6.991	52.674
Empréstimos	90	27	26	37	
Fornecedores	3.246	3.246			
Demais contas a pagar	7.188	7.128	60		
	<u>85.002</u>	<u>10.401</u>	<u>14.899</u>	<u>7.028</u>	<u>52.674</u>

	2016				
	Controladora				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	80.944		33.339	23.780	23.825
Empréstimos	72	32	21	19	
Fornecedores	2.734	2.734			
Demais contas a pagar	6.114	6.114			
	<u>89.864</u>	<u>8.880</u>	<u>33.360</u>	<u>23.799</u>	<u>23.825</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

	2016				
	Consolidado				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	80.944		33.339	23.780	23.825
Empréstimos	72	32	21	19	
Fornecedores	2.741	2.741			
Demais contas a pagar	6.665	6.665			
	<u>90.422</u>	<u>9.438</u>	<u>33.360</u>	<u>23.799</u>	<u>23.825</u>

(c) Risco de fluxo de caixa

O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do empréstimo, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva de R\$ 79.109 (2016 - R\$ 79.109), composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Para a análise de sensibilidade, foi adotado como cenário “Provável” a expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil em 03 de fevereiro de 2017, onde indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,75%, ante a taxa efetiva de 6,89% verificada no ano de 2017. Nos cenários “Possível” e “Remoto”, a taxa de juros foi valorizada em 25% e 50%, em relação ao cenário “Provável”.

	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário Remoto (50%)
Taxa anual estimada do CDI - %	6,75	8,44	10,13
Impacto do aumento da taxa de juros	(99)	1.099	2.298

(d) Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos nesta nota de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

(e) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Os ativos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- (ii) Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo.

5 Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo *EBITDA* ajustado (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ajustado), acompanhando o limite dos *covenants* de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.568	81.016	74.568	81.016
(-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(3.525)	(1.906)	(3.526)	(2.175)
Dívida líquida (A)	71.043	79.110	71.042	78.841
<i>EBITDA</i> ajustado (B)	18.677	6.768	19.118	6.738
(=) Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B)	3,80	11,69	3,71	11,70

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

A reconciliação do *EBITDA* para os exercícios apresentados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro operacional antes do resultado financeiro e tributos	13.636	1.803	14.069	1.764
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 11)	4.387	4.023	4.395	4.032
Amortização do intangível (Nota 12)	654	942	654	942
	<u>18.677</u>	<u>6.768</u>	<u>19.118</u>	<u>6.738</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Taxa efetiva de juros (ao ano)	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos		1.111	947	1.112	1.216
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários	101% do CDI	1.002	959	1.002	959
Aplicações financeiras restritas (i)					
Certificados de depósitos bancários	100% do CDI	1.412		1.412	
		<u>3.525</u>	<u>1.906</u>	<u>3.526</u>	<u>2.175</u>

(i) As aplicações financeiras restritas foram cedidas fiduciariamente, em garantia ao cumprimento das obrigações garantidas relacionadas à 3ª. Emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., banco em que as aplicações foram realizadas.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a receber	7.978	7.051	7.978	7.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(103)	(52)	(103)	(52)
	<u>7.875</u>	<u>6.999</u>	<u>7.875</u>	<u>7.152</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	7.532	6.622	7.532	6.775
Vencidos até 30 dias	245	402	245	402
Vencidos até 60 dias	33	4	33	4
Vencidos até 90 dias	24	7	24	7
Vencidos até 180 dias	86	4	86	4
Vencidos há mais de 180 dias	58	12	58	12
	<u>7.978</u>	<u>7.051</u>	<u>7.978</u>	<u>7.204</u>

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	1.177	1.395	1.177	1.395
Produtos para revenda	1.794	1.601	1.794	1.615
Matérias-primas	1.067	1.116	1.067	1.129
Outros	72	141	72	141
	<u>4.110</u>	<u>4.253</u>	<u>4.110</u>	<u>4.280</u>

9 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos diferidos ativos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	368	368	368	368
Prejuízo fiscal	1.558	4.424	1.558	4.579
Base negativa	1.646	1.646	1.646	1.702
Ajustes de depreciação - CPC 27	(886)	(886)	(886)	(886)
Outras provisões	972	972	972	977
	<u>3.658</u>	<u>6.524</u>	<u>3.658</u>	<u>6.740</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de dois anos, conforme a seguir:

	<u>Montante</u> <u>Controladora</u>	<u>Montante</u> <u>Consolidado</u>	<u>Percentual</u>
Em 2018	2.510	2.510	69%
Em 2019	1.148	1.148	31%
	<u>3.658</u>	<u>3.658</u>	<u>100</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.468	(10.975)	1.682	(11.188)
Alíquota fiscal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	499	(3.731)	572	(3.804)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	691	252	694	263
Outras receitas isentas de impostos	(181)	(17)	(181)	(17)
Impostos diferidos não registrados contabilmente	(1.009)	(3.496)	(869)	(3.558)
Baixa IRPJ/CSLL diferido	-	(9.106)	(216)	(8.893)
Imposto de renda e contribuição social no resultado diferidos		(9.106)		(8.893)

Considerando-se que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos e com base na avaliação das evidências existentes, a Companhia efetuou em 2016 ajuste pelo montante que se espera que seja recuperado, no valor de R\$ 9.106, sendo R\$ 6.696 de IRPJ e R\$ 2.410 de CSLL, assim distribuído: R\$ 2.043 correspondente a crédito fiscal de ágio e R\$ 7.063 referente prejuízo fiscal.

Em 2017, seguindo o critério utilizado em 2016, a Companhia não contabilizou o IRPJ e CSLL diferido e efetuou o ajuste (baixa) na Controlada de R\$ 216.

Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributaria) para pagamento parcelado dos tributos INSS e Pis e Cofins das competências de 10/2016 a 12/2016 , na modalidade com utilização de Prejuízo Fiscal para abatimento de 20% do valor total da dívida. Em julho de 2017, a Companhia migrou para o PERT (Programa Especial de Regularização Tributaria), com a inclusão de tributos vencidos das competências 01/2017 e 02/2017, mantendo o benefício da utilização de Prejuízo Fiscal para pagamento de 20% do montante, no total de R\$ 2.866.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

10 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS e COFINS s/ base cálculo ICMS	8.977	7.960	8.977	7.962
Depósito judicial FGTS	54	36	54	36
	<u>9.031</u>	<u>7.996</u>	<u>9.031</u>	<u>7.998</u>

O montante registrado refere-se substancialmente à ação de questionamento da exclusão do valor do ICMS da Base de cálculo (receita bruta) para apuração mensal do PIS e COFINS, considerando a incidência somente sobre o faturamento.

Tendo em vista que a ação da Companhia não foi julgada em última instância, a administração mantém o depósito judicial mensal, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 8.976 (R\$ 7.362 em 31 de dezembro de 2016), conforme movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	7.996	4.944	7.998	4.946
Depósitos judiciais	540	645	540	645
Atualização de depósitos judiciais	495	607	495	607
Reversão provisão de depósitos judiciais	0	1.800	2	1.800
Saldo final	<u>9.031</u>	<u>7.996</u>	<u>9.031</u>	<u>7.998</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

11 Imobilizado (Controladora)

	<u>Edificações</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas, equipamentos e ferramentas</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	943	6.876	1.190	1.081	1.153	5.411	934	22.157
Aquisição			917	326		326	1.272	2.336	5.177
Alienação			(48)	(25)	(11)	(3)		(529)	(616)
Transferências		798					1.819	(2.617)	
Depreciação/amortização	(130)	(174)	(1.390)	(190)	(120)	(371)	(1.648)		(4.023)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.439</u>	<u>1.567</u>	<u>6.355</u>	<u>1.301</u>	<u>950</u>	<u>1.105</u>	<u>6.854</u>	<u>124</u>	<u>22.695</u>
Custo total	7.505	3.537	22.127	2.469	1.500	2.493	10.956	124	50.711
Depreciação acumulada	(3.066)	(1.970)	(15.772)	(1.168)	(550)	(1.388)	(4.102)		(28.016)
Saldo contábil	<u>4.439</u>	<u>1.567</u>	<u>6.355</u>	<u>1.301</u>	<u>950</u>	<u>1.105</u>	<u>6.854</u>	<u>124</u>	<u>22.695</u>
Em 31 de dezembro de 2016	4.439	1.567	6.355	1.301	950	1.105	6.854	124	22.695
Aquisição		91	485	120	82	179	1.136	813	2.906
Alienação	(4.297)	(1.099)	(27)	(2)		(10)	(700)	(82)	(6.217)
Transferências		38	60				321	(419)	
Depreciação/amortização	(59)	(119)	(1.310)	(197)	(122)	(372)	(2.208)		(4.387)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>83</u>	<u>478</u>	<u>5.563</u>	<u>1.222</u>	<u>910</u>	<u>902</u>	<u>5.403</u>	<u>436</u>	<u>14.997</u>
Custo total	3.208	2.567	22.645	2.587	1.582	2.662	11.713	436	47.400
Depreciação acumulada	(3.125)	(2.089)	(17.082)	(1.365)	(672)	(1.760)	(6.310)		(32.403)
Saldo contábil	<u>83</u>	<u>478</u>	<u>5.563</u>	<u>1.222</u>	<u>910</u>	<u>902</u>	<u>5.403</u>	<u>436</u>	<u>14.997</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

11 Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	959	6.902	1.197	1.081	1.169	5.411	934	22.222
Aquisição			925	326		326	1.272	2.336	5.185
Alienação			(48)	(25)	(11)	(3)		(529)	(616)
Transferências		798					1.819	(2617)	
Depreciação/amortização	(130)	(177)	(1.391)	(191)	(120)	(375)	(1.648)		(4.032)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>4.439</u>	<u>1.580</u>	<u>6.388</u>	<u>1.307</u>	<u>950</u>	<u>1.117</u>	<u>6.854</u>	<u>124</u>	<u>22.759</u>
Custo total	7.505	3.558	22.167	2.478	1.500	2.515	10.956	124	50.803
Depreciação acumulada	(3.066)	(1.978)	(15.779)	(1.171)	(550)	(1.398)	(4.102)		(28.044)
Saldo contábil	<u>4.439</u>	<u>1.580</u>	<u>6.388</u>	<u>1.307</u>	<u>950</u>	<u>1.117</u>	<u>6.854</u>	<u>124</u>	<u>22.759</u>
Em 31 de dezembro de 2016	4.439	1.580	6.388	1.307	950	1.117	6.854	124	22.759
Aquisição		91	485	120	82	179	1.136	813	2.906
Alienação	(4.297)	(1.113)	(42)	(2)		(11)	(700)	(82)	(6.247)
Transferências		38	60				321	(419)	
Depreciação/amortização	(59)	(119)	(1.312)	(200)	(122)	(376)	(2.207)		(4.395)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>83</u>	<u>477</u>	<u>5.579</u>	<u>1.225</u>	<u>910</u>	<u>909</u>	<u>5.404</u>	<u>436</u>	<u>15.023</u>
Custo total	3.208	2.574	22.670	2.593	1.582	2.683	11.713	436	47.462
Depreciação acumulada	(3.125)	(2.097)	(17.091)	(1.371)	(672)	(1.774)	(6.309)		(32.439)
Saldo contábil	<u>83</u>	<u>477</u>	<u>5.579</u>	<u>1.225</u>	<u>910</u>	<u>909</u>	<u>5.404</u>	<u>436</u>	<u>15.023</u>

CPQ Brasil S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais**12 Intangível (Controladora e Consolidado)**

	Software	Instalações Aeroporos	Ágio	Relacionamento com franqueados	Marcas e patentes	Ponto Comercial	Total
Em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	1.132	257	1.126	1.735	667	927	5.844
Aquisições	201	126					327
Baixa			(1.126)	(1.637)	(629)		(3.392)
Transferência							
Amortização	(84)	(163)		(98)	(38)	(559)	(942)
Saldo contábil	<u>1.249</u>	<u>220</u>				<u>368</u>	<u>1.837</u>
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	2.382	486				1.227	5.283
Amortização acumulada	(1.133)	(266)				(859)	(3.446)
Saldo contábil	<u>1.249</u>	<u>220</u>				<u>368</u>	<u>1.837</u>
Em 31 de dezembro de 2016	1.249	220				368	1.837
Aquisições	104	132					236
Amortização	(114)	(172)				(368)	(654)
Saldo contábil	<u>1.239</u>	<u>180</u>				<u>368</u>	<u>1.419</u>
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	2.486	618				1.227	4.331
Amortização acumulada	(1.247)	(438)				(1.227)	(2.912)
Saldo contábil	<u>1.239</u>	<u>180</u>					<u>1.419</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

13 Debêntures

Em 2014, a Companhia efetuou a renegociação do seu endividamento junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e a Planner Trustee DTVM Ltda. por meio de uma nova emissão de debêntures, a qual foi utilizada para liquidar antecipadamente as debêntures relativas à 2^a. emissão da Companhia.

Dessa forma, em 8 de dezembro de 2014, ocorreu a 3^a. emissão de debêntures da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, para distribuição pública, em série única, da espécie quirografária nos termos da Lei no 6.404/76 e da Instrução da CVM no 476/2009, a ser convolada na espécie com garantia real e fidejussória adicional, com esforços restritos de distribuição, de 75 debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, tendo sido firmada a escritura particular entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda.

O valor total da emissão foi de R\$ 75.000, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R\$ 1.000, remuneradas à taxa média diária de juros do DI acrescido de uma sobretaxa de 3,0% a.a.

Em 11 de janeiro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debentures da 3^a. Emissão, foi deliberada a dispensa do dever da Companhia de apurar e manter o índice financeiro correspondente à divisão da dívida líquida pelo *EBITDA (covenant)*, exclusivamente com relação ao exercício fiscal que se encerrou em 31 de dezembro de 2016, sem que isto caracterize um evento de vencimento antecipado não automático. Foi excluído também da Escritura cláusula que trata da Remuneração Variável com base na evolução dos lucros da Emissora (*EBITDA Kicker*).

Com relação as cláusulas da Amortização Programada, foram alteradas as datas de pagamento, sendo o vencimento da primeira parcela postergada de dezembro de 2016 para janeiro de 2018, ficando reduzidas para 24 parcelas. Foi alterado o percentual de Amortização Extraordinária das Debêntures e incluída previsão de amortização extraordinária obrigatória caso ocorra um evento de liquidez na Emissora.

Ainda em relação a Remuneração Fixa, houve a alteração do valor do *spread* ou sobretaxa que compõe a Remuneração Fixa das debêntures passando de CDI + 3,00% (três por cento) para CDI+ 6,00% (seis por cento).

Em 04 de janeiro de 2018, os debenturistas detentores de 100% (cem por cento) das debêntures em circulação, reuniram-se em Assembleia para deliberar sobre a alteração da Data de Vencimento de 8 de dezembro de 2019 para 30 de dezembro de 2022 e alteração da Amortização Programada da Remuneração Fixa, conforme consta na nota de Eventos Subsequentes.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

De acordo com a AGE as parcelas a vencer de longo prazo estão assim distribuídas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017		33.339		33.339
2018	14.813	23.780	14.813	23.780
2019	6.991	23.825	6.991	23.825
2020	9.391		9.391	
2021	21.640		21.640	
2022	21.643		21.643	
	<u>74.478</u>	<u>80.944</u>	<u>74.478</u>	<u>80.944</u>
Demonstrado como:				
Circulante	14.813	33.339	14.813	33.339
Não circulante	59.665	47.605	59.665	47.605
	<u>74.478</u>	<u>80.944</u>	<u>74.478</u>	<u>80.944</u>

As debêntures receberam as seguintes garantias:

- (i) Alienação fiduciária em garantia de 100% das ações de emissão da Companhia, abrangendo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital social, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças firmado em 5 de dezembro de 2014 entre MCN Participações e Empreendimentos Ltda. e Planner Trustee DTVM Ltda., e a Companhia qualidade de interveniente anuente.
- (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório e Outras Avenças firmado em 8 de dezembro de 2014 entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda. e Itaú Unibanco S.A., na qualidade de interveniente anuente.
- (iii) Alienação fiduciária em garantia de imóvel de propriedade dos sócios, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel - Itaquiraí, firmado em 5 de dezembro de 2014.
- (iv) Alienação fiduciária em garantia da planta industrial de Itupeva, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel em Garantia, firmado em 5 de dezembro de 2014.

Os efeitos da decisão dos debenturistas em 04 de janeiro de 2018, no que se referem às alterações dos prazos de vencimento, foram refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

14 Férias, encargos e bônus a funcionários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para férias	1.594	1.445	1.594	1.493
Encargos sociais	744	2.184	744	2.209
Provisão para bônus a funcionários	<u>372</u>		<u>372</u>	
	<u>2.710</u>	<u>3.629</u>	<u>2.710</u>	<u>3.702</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

15 Receitas antecipadas

Em 02 de junho de 2016, foi celebrado contrato de exclusividade entre a CPQ Brasil S.A. e Phillip Morris Brasil Ind. e Com, para comercialização de produtos na rede de franquias da Companhia, com vigência até 31 de dezembro de 2017. A receita decorrente deste contrato vem sendo apropriada finalizando ao resultado mensalmente, de acordo com um percentual estabelecido sobre o volume de compras de produtos, conforme condições contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Exclusividade para comercialização de produtos				
Receita a apropriar	400	400	400	400
Apropriação ao resultado	(126)	(78)	(126)	(78)
Passivo não circulante	<u>274</u>	<u>322</u>	<u>274</u>	<u>322</u>

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, assim como eventuais questionamentos relacionados com encargos trabalhistas decorrentes da contratação de prestadores de serviços, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A movimentação das provisões é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	1.924	1.422	1.924	1.422
Entrada de novos processos judiciais	80		80	
Atualização de processos judiciais	188	567	188	567
Reversão de processos judiciais	(513)	(65)	(513)	(65)
Saldo final	<u>1.679</u>	<u>1.924</u>	<u>1.679</u>	<u>1.924</u>

Existem processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante original de R\$ 230 (2016 - R\$ 641) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Em 24 de março de 2015 foi lavrado contra a Companhia pela Receita Federal do Brasil um Auto de Infração relativo a IRPJ, CSSL, PIS e COFINS (2010), processo administrativo nº 19311.720049/2015-91, no valor de R\$ 54.094, por supostas omissões de receita praticadas pela Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação de MCN Participações e Empreendimentos Ltda., e Alberto Carneiro Neto em caráter solidário, envolvendo a amortização de ágio no ativo diferido de operação de reorganização societária ocorrida em 2009.

Em 10 de abril de 2015 a Companhia apresentou relação de bens e direitos para arrolamento conforme solicitação no referido Auto, que passou a integrar os Termos de Arrolamento de Bens nºs 19311.720445/2012-76 e 19311.720011/2013-57. Adicionalmente, foram lavrados os Termos de Arrolamento de Bens nºs 10880.723227/2015-15 e 19311.720121/2015-81 contra Alberto Carneiro Neto e sua esposa Giovana Adriano de Brito Carneiro, em caráter solidário com a Companhia.

A Companhia apresentou impugnação ao Auto de Infração protocolada em 20 de abril de 2015 perante o delegado da Delegacia da Receita Federal em Jundiá, que foi julgada improcedente, sendo protocolado Recurso Voluntário, em fase da decisão proferida pela DRJ, tendo sido os autos recebidos pelo CARF. Seguimos aguardando julgamento, não havendo recomendação de provisão contábil devido à fase processual e por tratar-se de processo administrativo, sendo a decisão passível de discussão judicial.

17 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recolher	1.480	1.837	1.480	1.841
COFINS a recolher	248	750	249	759
PIS a recolher	53	162	53	164
IOF a recolher	234	181	234	181
Outros	54	39	54	40
	<u>2.069</u>	<u>2.969</u>	<u>2.070</u>	<u>2.985</u>

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc. Conseqüentemente, o resultado da Companhia não está impactado por transações com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo não circulante				
Alberto Carneiro Neto (i)	11.570	9.087	11.570	9.087
MCN (ii)	2.475	2.249	2.475	2.249
IGT 2 (iii)	1.055	906		
	<u>15.100</u>	<u>12.242</u>	<u>14.045</u>	<u>11.336</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

- (i) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia com Alberto Carneiro Neto, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses, previstas na cláusula 3.1 dos contratos de mútuo: (a) após a Companhia pagar mais de R\$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; (b) caso o mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na mutuante, que viabilize o recebimento pelos controladores de quantia superior a R\$ 20.000.
- (ii) Refere-se a mútuo efetuado em novembro de 2013 pela Companhia com a Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda., sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento do mútuo é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 do contrato de mútuo (vencimento ordinário).
- (iii) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia com IGT 2, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é um ano a contar da data de sua realização, conforme o disposto na cláusula 3 e 4 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário).

Em 2017 e 2016, foram auferidos juros remuneratórios no montante de R\$ 1.285 e R\$ 1.395, respectivamente, registrados no resultado da Companhia.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração - diretoria (pró-labore e variável)	1.673	1.673	1.673	1.673
Encargos sociais	176	176	176	176
	<u>1.849</u>	<u>1.849</u>	<u>1.849</u>	<u>1.849</u>

19 Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são iguais.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.468	(20.081)	1.468	(20.081)
Quantidade de ações	<u>11.516</u>	<u>11.516</u>	<u>11.516</u>	<u>11.516</u>
	<u>0,13</u>	<u>(1,74)</u>	<u>0,13</u>	<u>(1,74)</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Controladora, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 12.839, dividido em 11.516.008 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detido integralmente pelo acionista Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda.

(b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º. do artigo 182 da Lei no 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 2016 e 2015, a reserva legal não foi constituída em razão dos prejuízos acumulados existentes.

(c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76.

Os resultados apurados nos exercícios de 2016 e de 2015 foram totalmente absorvidos pelos prejuízos acumulados. Adicionalmente, por força das cláusulas restritivas das debêntures, a Companhia está impedida de distribuir dividendos.

21 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2017
Receita bruta	118.864	115.640	122.130	120.656
Imposto sobre Vendas				
PIS/COFINS	(6.911)	(4.738)	(7.008)	(5.120)
ICMS	(5.578)	(6.412)	(5.608)	(6.484)
ISSQN	(57)	(60)	(57)	(60)
INSS	(1.016)	(1.038)	(1.016)	(1.038)
Devoluções e abatimentos	(27)	(290)	(27)	(290)
	<u>105.275</u>	<u>103.102</u>	<u>108.414</u>	<u>107.664</u>
Receita por natureza				
Venda de produtos	99.997	97.314	103.136	101.876
Prestação de serviços	5.278	5.788	5.278	5.788
	<u>105.275</u>	<u>103.102</u>	<u>108.414</u>	<u>107.664</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matéria-prima	28.133	29.058	29.042	30.416
Despesas com pessoal	28.475	28.664	29.067	29.630
Propaganda e publicidade e demais despesas comerciais	4.443	5.362	4.443	5.362
Serviços e utilidades	26.552	25.269	28.357	27.742
Participação de lucros e resultados	278	0	278	0
Depreciação e amortização	5.036	8.147	5.041	8.156
Frete	1.567	1.758	1.567	1.759
Manutenção	489	520	491	522
Despesas gerais	2.480	2.456	2.632	2.696
	<u>97.453</u>	<u>101.234</u>	<u>100.918</u>	<u>106.283</u>
Custos	48.180	46.535	49.576	48.760
Despesas com vendas gerais e administrativas	49.273	54.699	51.342	57.523
	<u>97.453</u>	<u>101.234</u>	<u>100.918</u>	<u>106.283</u>

23 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda da Fabrica	2.889		2.889	
Recuperacao de Pis e Cofins	3.049		3.049	
Receita com exclusividade em produtos(*)	405	507	405	507
Outras receitas operacionais	253	32	247	32
Outras Despesas	(17)	(157)	(17)	(157)
	<u>6.579</u>	<u>382</u>	<u>6.573</u>	<u>382</u>

(*) Refere-se substancialmente a parcerias comerciais.

24 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Rendimentos das aplicações financeiras	249	490	265	490
Juros sobre outras contas a receber	2.087	2.421	2.087	2.421
Descontos obtidos	10	32	10	34
	<u>2.346</u>	<u>2.943</u>	<u>2.362</u>	<u>2.945</u>

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias passivas sobre empréstimos, debêntures e outros passivos	(13.319)	(14.652)	(13.554)	(14.746)
Outras despesas financeiras	<u>(1.195)</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(1.195)</u>	<u>(1.151)</u>
	<u>(14.514)</u>	<u>(15.721)</u>	<u>(14.749)</u>	<u>(15.897)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.168)</u>	<u>(12.778)</u>	<u>(12.387)</u>	<u>(12.952)</u>

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça	15.241
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	41.360
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais a terceiros	9.016
Patrimônio e estoques (Lojas)	Vendaval/furacão/impacto de veículos/queda aeronave/roubo/furto	24.327

26 Eventos Subsequentes

(a) Incorporação IGT2

Em 02 de janeiro de 2018, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária a totalidade dos acionistas da Companhia a fim de discutirem e deliberarem sobre o Exame do Protocolo de Incorporação firmado pelas partes em 01 de janeiro de 2018 e que resultou na incorporação da controlada IGT2, sociedade empresária limitada.

CPQ Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Segue abaixo o balanço para incorporação, de acordo com o Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido realizado pela Consulcamp Assessoria e Consultoria:

Ativo	01.01.2018	Passivo	01.01.2018
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.334	Tributos a pagar	656
Impostos à compensar	165.158	Outros valores a pagar	561.849
	166.492		562.505
Ativo não circulante		Patrimônio Líquido	
Imobilizado	25.535	Capital social	1.120.312
	25.535	Prejuízos Acumulados	-1.490.790
		Total patrimônio líquido	-370.478
Total do ativo	192.027	Total do passivo e patrimônio líquido	192.027

(b) Debentures

Em 04 de janeiro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debentures da 3ª. Emissão deliberaram: (i) a alteração da Data de Vencimento de 8 de dezembro de 2019 para 30 de dezembro de 2022; (ii) a alteração das datas de pagamento da Remuneração Fixa; (iii) a alteração das datas de pagamento da Amortização Programada e respectivos percentuais; (iv) a inclusão de exceção quanto à declaração de vencimento antecipado automático no caso de descumprimento pecuniário exclusivamente com relação à parcela de Amortização Programada do dia 30/03/2018; (v) a inclusão de novas previsões de Amortização Extraordinária Obrigatória; (vi) a alteração da cláusula 6.4.6. da Escritura para fins de redução do spread ou sobretaxa de 6,00% para 4,5% ao ano de acordo com a Amortização Programada; (vii) a inclusão da Alienação Fiduciária de 02 (dois) imóveis a título de garantia real e a alteração da definição de Garantias Reais da Escritura; e, (viii) a autorização para que o Agente Fiduciário adote todos e quaisquer procedimentos necessários para a efetivação das matérias descritas nos itens anteriores, incluindo, sem limitação, a celebração de aditamento à Escritura e outros documentos eventualmente necessários, de forma a fazer constar desses instrumentos as obrigações assumidas e as obrigações a serem assumidas pela Companhia em decorrência das aprovações eventualmente obtidas nesta Assembleia Geral.

Conforme descrito na nota 13, os efeitos da decisão dos debenturistas em 04 de janeiro de 2018, no que se referem às alterações dos prazos de vencimento, foram refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

* * *